



CÂMARA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

ATA N.º 23/2012

- 445 -
António José Ascensão Fraga
José Manuel Saraiva Cardoso
Marco Alexandre Lucas Veiga

-----Ata da reunião ordinária realizada aos doze dias do mês de dezembro do ano de dois mil e doze.-----

-----Aos doze dias do mês de dezembro de dois mil e doze, reuniu no Salão Nobre dos Paços do Município, a Câmara Municipal de Manteigas, sob a Presidência do Senhor Presidente da Câmara, Esmeraldo Saraiva Neto Carvalhinho, encontrando-se igualmente presentes os Vereadores, Senhores José Manuel Custódia Biscaia, António José Ascensão Fraga, José Manuel Saraiva Cardoso e Marco Alexandre Lucas Veiga.-----

-----Sendo cerca das catorze horas e trinta minutos, o Senhor Presidente da Câmara declarou aberta a reunião.-----

-----De conformidade com o art.º 87.º da Lei n.º 169/99 de 18 de setembro, com a redação dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro, a ordem do dia estabelecida para a presente reunião inclui os seguintes assuntos:-----

1. **Aprovação da ata da reunião anterior.**
2. **Período Antes da Ordem do Dia.**
3. **Ordem do Dia**
 - 3.1. **Conhecimento da informação nº 103/2012/PF, datada de 07 de novembro de 2012, referente à revisão do PDM de Manteigas: reunião de trabalho de 06 de novembro de 2012.**
 - 3.2. **Apreciação e deliberação sobre a proposta de Regulamento Municipal de Incentivo à Produção da Feijoca.**
 - 3.3. **Apreciação e deliberação sobre o auxílio solicitado relativamente à publicação sobre a figura e obra do Reverendo Padre António Tarrinha.**
 - 3.4. **Apreciação das Grandes Opções do Plano e Orçamento para o ano 2013 e sua submissão à Assembleia Municipal.**
4. **Conhecimento dos atos praticados por delegação de competências.**

Aprovação da ata da reunião anterior.-----

-----Achada conforme, a ata da reunião anterior foi aprovada, por unanimidade, dispensando-se a sua leitura, devido ao facto de o seu texto ter sido, previamente, distribuído.-----

Período Antes da Ordem do Dia.-----



CÂMARA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

----- O Senhor Presidente começou por dar conhecimento de uma carta enviada pelo Senhor Presidente da Assembleia Municipal, pedindo ao secretário que a lesse perante os presentes e que se junta aos documentos anexos à presente ata.-----

----- O Senhor Vereador José Manuel Saraiva Cardoso solicitou que lhe fosse facultada uma cópia da referida carta, uma vez que pela simples leitura não foi possível reter toda a informação.-----

----- O Senhor Presidente antes de retomar a palavra, entregou aos Senhores Vereadores José Manuel Custódia Biscaia e José Manuel Saraiva Cardoso, para conhecimento, o relatório de atividades do 1º semestre de 2012, a informação do serviço de contabilidade referente à Lei n.º 8/2012 e Decreto-Lei n.º 127/2012, ambos sobre a Lei dos Compromissos e o controlo orçamental da receita e da despesa. -----

De seguida fez o ponto de situação relativo ao Jardim do Pego, dizendo que, dado ter-se tratado de uma intervenção abusiva por parte do fornecedor do equipamento, ao empreiteiro da obra, numa possível tentativa de chantagem para com a Autarquia, a mesma motivou a intervenção da Câmara Municipal junto do Ministério Público e da própria empresa fornecedora. Informou que, numa fase inicial, foi feita uma participação de furto contra desconhecido, tendo de seguida sido fornecida a matrícula da viatura que foi depois identificada. Entretanto a empresa fornecedora procedeu à recolocação, de forma voluntária, do referido equipamento, mas a Câmara mantém a queixa apresentada, deixando para o Ministério Público a respetiva decisão.

Relativamente à reunião com a Estradas de Portugal e no que respeita à desclassificação de troços da EN232 e ER338 e à requalificação desta última, informou em primeiro lugar, que ficou acordado com o Senhor Presidente do Conselho de Administração da Estradas de Portugal, o envio àquela entidade de informação, respeitante aos financiamentos que a Câmara Municipal recebeu no âmbito da Medida 13 do PROCENTRO. Acrescentou que da análise dessa informação, facilmente a Estradas de Portugal perceberá que não tem cumprido as suas obrigações no que toca à requalificação da ER338, pelo que, caso se mantenha a falta de financiamento por parte daquele organismo, a Câmara Municipal rejeitará a manutenção da referida via e o protocolo em vigor. Adiantou que o Presidente da Estradas de Portugal disse conhecer o protocolo existente com a Autarquia de Manteigas, mas que dada a situação em que a referida entidade se encontra, seria difícil conceder financiamento; no entanto, ficou entendido nessa reunião que, caso se verifique essa possibilidade de financiamento, as verbas a conceder serão verbas do QREN destinadas à Estradas de Portugal a que o Município de Manteigas poderia aceder. Realçou que irá insistir junto da Estradas de Portugal em que se o protocolo não for cumprido na íntegra, a Câmara não procederá a qualquer trabalho de manutenção, enquanto não houver resposta da Estradas de Portugal. Ainda a propósito desta questão, comunicou que



CÂMARA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

- 447 -
Antunes
J. J.

nesse mesmo dia se tinha deslocado à ER338, também conhecida por "estrada da ribeira", entre Manteigas e os Piornos, tendo verificado que no início desse troço permanecia uma placa com a inscrição "piso em mau estado", assim como a existência de alguns remendos de pequena dimensão até ao lugar dos Amigos da Serra da Estrela, tendo nesse momento contactado a Senhora Diretora das Estradas de Portugal do Distrito da Guarda, solicitando uma avaliação da situação e a respetiva pavimentação. De qualquer forma, acrescentou que era sua intenção colocar, junto da referida placa com a inscrição "piso em mau estado", uma outra com a inscrição "estrada nacional – responsabilidade de manutenção: Estradas de Portugal", persistindo desta forma na rejeição de qualquer tipo de responsabilidade por parte da Câmara Municipal de Manteigas. -----

De seguida deu a palavra aos Senhores Vereadores. -----

----- O Senhor Vereador Marco Alexandre Lucas Veiga pediu a palavra para apresentar dois assuntos; começou por dar conhecimento que o Município de Manteigas tinha sido novamente premiado com o galardão ECOXXI, pela Associação Bandeira Azul da Europa (ABAE), que visa reconhecer as boas práticas e políticas de sustentabilidade dos municípios e seguidamente apresentou uma proposta referente à apresentação de candidaturas aos programas PERID e PAPP 2012/2013 que passou a ler e que se transcreve: -----

"Proposta: Apresentação de candidaturas aos programas PERID/PAPP 2012-2013"

Verifica-se que desde a entrada em vigor do programa PERID até ao final do ano de 2011 existem por concretizar, por vários motivos, nomeadamente porque as obras não foram iniciadas, ou porque as mesmas se encontram ainda em curso, 19 candidaturas. Constata-se também que na última remessa de candidaturas, 2011-2012, das 89 submetidas e analisadas, se encontram aprovadas 53 neste momento em curso.

Tendo em conta esta situação anómala, relativamente ao número de candidaturas em curso, não existirá por parte do município, capacidade financeira para acolher novas candidaturas até que as candidaturas em curso se encontrem regularizadas.

Dado o elevado número de candidaturas em curso, considera-se também que o sector da Construção, a nível local, continuará a ser dinamizado com as candidaturas em curso, atendendo a que neste momento não terá capacidade para execução de todos os programas PERID/PAPP em simultâneo.

Pelo exposto propõe-se que relativamente ao período de candidaturas 2012-2013, de forma excepcional, não sejam aceites novas candidaturas devido ao anormal número de programas PERID/PAPP em curso, tornando-se assim inviável aceitar novas candidaturas. -----

Concluiu, dizendo que de facto e dada a situação anómala do número de candidaturas em curso, se apresentava a presente proposta para que fosse analisada e objeto de deliberação na presente sessão. -----



CÂMARA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

----- O Senhor Presidente pediu que fosse votada a proposta apresentada pelo Senhor Vereador Marco Veiga, no sentido de não abrir o período de candidaturas aos programas PERID e PAPF, tendo em conta o grande número de candidaturas aprovadas e ainda não concluídas, algumas de 2009, 2010 e 2011, o que constituiria um contracenso, sob pena de nem a própria atividade de construção civil ter capacidade de resposta para realizar as obras no âmbito dos referidos programas de apoio. Lembrou que já havia sido solicitada, pelo Senhor Vereador José Manuel Cardoso, a possibilidade de alteração ao regulamento do programa PERID, e dado que o objetivo visado estaria perto de ser alcançado, em termos de qualificação das habitações no Concelho de Manteigas, também entende ser uma situação a avaliar num futuro breve. -----

----- O Senhor Vereador José Manuel Saraiva Cardoso tomou da palavra para, em primeiro lugar, perguntar sobre a classificação atribuída ao Município de Manteigas no âmbito do galardão ECOXXI, uma vez que nos anos anteriores era possível obter essa informação. Acrescentou que tendo em conta que o Município de Manteigas já tinha ficado em primeiro lugar, três ou quatro anos seguidos, desde que o galardão foi instituído, tinha em tempo sugerido ao representante da Associação Bandeira Azul da Europa a realização de uma cerimónia de entrega de prémios no Concelho de Manteigas, que não se efetuou, facto pelo qual, no ano seguinte, o Município de Manteigas não se fez representar na entrega do prémio, tendo o mesmo sido enviado posteriormente, pelo correio; considera que no entender da referida Associação, por um lado, poderá existir algum incómodo pelo facto de Manteigas ficar em primeiro lugar consecutivamente e, por outro, que Manteigas poderá não ter dimensão, nem magnitude para ser primeiro classificado. -----

----- O Senhor Presidente interrompeu para informar que a Câmara Municipal não tinha recebido qualquer convite para estar presente na cerimónia de entrega de prémios, tal como outros municípios, tendo já questionado e apresentado protesto sobre tal situação, junto da organização. -----

----- O Senhor Vereador José Manuel Saraiva Cardoso continuou referindo-se ao regulamento do programa PERID e disse que o correto seria ter feito a proposta atempadamente para ser presente à Assembleia Municipal que é quem tem competência para aprovar a alteração ao regulamento em causa. Acrescentou, no entanto, que acha perfeitamente razoável a proposta apresentada, um vez que, à medida que foi tendo conhecimento das candidaturas aprovadas entendeu também ser um esforço incomportável para a Câmara Municipal. Neste sentido e em termos da alteração ao regulamento, admite ainda a limitação, à semelhança de anos anteriores, a um determinado número de candidaturas por ano, de acordo com os casos mais prementes. --

----- O Senhor Vereador José Manuel Custódia Biscaia iniciou a sua intervenção, chamando à atenção do Senhor Vereador Marco Veiga para duas candidaturas, com cerca de três anos, que



CÂMARA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

- 449 -

António Augusto
M
J

tinham ficado pendentes e sobre as quais ainda não lhe havido sido dado conhecimento das respetivas conclusões.-----

-----O Senhor Vereador Marco Alexandre Lucas Veiga respondeu que, admitindo a possibilidade de não ter sido entregue informação correspondente às candidaturas referidas, não existia, no momento, qualquer candidatura pendente, ou seja, todas as candidaturas apresentadas desde o início do programa estavam devidamente regularizadas.-----

-----O Senhor Vereador José Manuel Custódia Biscaia continuou dizendo que considera a proposta legítima, apesar de não dispor de elementos, do seu ponto de vista, indispensáveis, nomeadamente, o número de candidaturas aprovadas, o montante da aprovação, o número de candidaturas em curso e em execução, assim como, o número de candidaturas paradas e o respetivo motivo. Neste sentido, propôs que a referida proposta fosse alterar o regulamento no sentido de, sempre que se verifique um montante não exequível num determinado ano, não se procede à abertura de candidaturas a estes programas de apoio.-----

-----O Senhor Presidente disse, em primeiro lugar que, de facto, dado o volume anormal de candidaturas apresentadas no último ano, não há orçamento que resista; por outro lado, acrescentou que até ao momento ainda não havia sido apresentada qualquer candidatura ao PERID ou PAPP, pelo que, propunha aguardar pelo final do mês de dezembro e verificar qual o número de candidaturas apresentadas para depois se decidir no início do ano de 2013, quanto à alteração ao regulamento.-----

-----O Senhor Vereador José Manuel Custódia Biscaia questionou o Senhor Presidente acerca da entrega tardia do controlo orçamental da receita e da despesa, ou seja, no dia em que está em discussão o Plano de Atividades e Orçamento, assim como do processo de avaliação de terrenos. Também realçou que o relatório do primeiro semestre, emitido pela auditora externa não lhe foi entregue, apenas lhe foi facultado um relatório assinado pelo Senhor Presidente e que não corresponde ao pretendido, apenas se trata de informação complementar, pelo que pediu que lhe fosse facultado o referido documento, nos termos em que foi apresentado à Assembleia Municipal.-----

-----O Senhor Presidente começou por entregar o processo de avaliação de terrenos, pedindo desculpa pelo lapso e esclareceu o Senhor Vereador que o relatório do primeiro semestre da auditora externa era o documento que tinha em seu poder, que lhe havia sido apresentado pela referida auditora e que apresentava agora aos Senhores Vereadores e que se tratava do mesmo documento enviado à Assembleia Municipal; acrescentou que ao falar em informação complementar, a mesma se refere ao facto de a auditora ainda ter de prestar nova informação no final do ano, da qual, posteriormente, lhe será igualmente dado conhecimento.-----



CÂMARA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

----- O Senhor Vereador José Manuel Custódia Biscaia referiu ainda a questão do IRS e que, após várias reuniões realizadas, este assunto continua por finalizar, independentemente da proposta que havia sido feita e que não foi contrariada, no sentido de se proceder à alteração ou aditamento ao regulamento da fixação de pessoas e apoio à natalidade. É aceitável o parecer negativo do Gabinete Jurídico, relativamente à forma da devolução do IRS. Não referindo concretamente o IRS haveria ainda uma outra possibilidade através da atribuição de um subsídio, equivalente ao mesmo montante, aos residentes em Manteigas, que apresentassem a sua declaração anual de rendimentos no Concelho, faltando apenas encontrar uma formulação legal para esta solução; seria, porventura, um apoio que existiria sempre que não houvesse devolução de IRS. Face a esta inércia, entende que existirá alguma intenção de contrariar as vontades pretéritas. -----

----- O Senhor Presidente aproveitou para explicar que esta situação não se deve a inércia, mas ao facto do Gabinete Jurídico ter uma grande quantidade de regulamentos em revisão e que tem impossibilitado o andamento deste processo. -----

Ordem do Dia -----

----- O Senhor Presidente começou por solicitar o adiamento do ponto 3.1, referente à revisão do PDM de Manteigas, dado que a equipa técnica ainda não se encontrava presente, passando assim à análise dos pontos seguintes. -----

Apreciação e deliberação sobre a proposta de Regulamento Municipal de Incentivo à Produção da Feijoca. -----

----- Foi novamente presente a proposta de Regulamento Municipal de Incentivo à Produção da Feijoca. -----

----- O Senhor Presidente informou que haviam sido introduzidas algumas das alterações sugeridas pelo que a proposta de regulamento estaria em condições de ser colocada à votação; no entanto, passou a palavra ao Senhor Vice-Presidente, que acompanhou o processo juntamente com o Vereador Marco Veiga, para prestar mais esclarecimentos. -----

----- O Senhor Vice-Presidente confirmou que no documento apresentado, tinham sido introduzidas algumas das alterações propostas pelos Senhores Vereadores, nomeadamente no que diz respeito ao prazo previsto no artigo 15º e à terminologia utilizada no mesmo artigo. -----

----- O Senhor Vereador José Manuel Custódia Biscaia informou que nada mais tinha a acrescentar à análise anteriormente feita na generalidade do regulamento, mas chamou a atenção para a redação do artigo 4º, nº 1, al. b) II. que não lhe parece muito clara, sugerindo que a mesma contenha “por cada metro quadrado, além dos 500 metros”; referiu ainda que a redação do artigo 10º, al. c), onde diz: “enquanto durar o apoio previsto no presente



CÂMARA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

- 451 -
António Tarrinha
J.M.S.

regulamento", deveria constar: "enquanto durar o apoio concedido ao abrigo do presente regulamento".-----

Para concluir, comunicou a sua abstenção à proposta de Regulamento de Municipal de Incentivo à Produção da Feijoca, dado que o mesmo é omisso naquilo que considera mais importante, que é a comercialização do produto e o respetivo apoio.-----

-----O Senhor Vereador José Manuel Saraiva Cardoso comunicou igualmente a sua abstenção à referida proposta de regulamento, uma vez que no seu entender, se ganhou muito na forma, mas nada se acrescentou em relação ao conteúdo do mesmo.-----

-----Depois de votado, a Câmara Municipal, deliberou, por maioria, com abstenção dos Vereadores José Manuel Custódia Biscaia e José Manuel Saraiva Cardoso, submeter a proposta de Regulamento Municipal de Incentivo à Produção da Feijoca, com as sugestões apresentadas, a discussão pública e a posterior aprovação da Assembleia Municipal.-----

Esta deliberação é aprovada em minuta para produzir efeitos imediatos.-----

Apreciação e deliberação sobre o auxílio solicitado relativamente à publicação sobre a figura e obra do Reverendo Padre António Tarrinha.-----

-----Foi presente, para apreciação e deliberação, a comunicação, datada de 19 de novembro de 2012, referente ao auxílio solicitado relativamente à publicação sobre a figura e obra do Reverendo Padre António Tarrinha, formulado pela Comissão organizadora para a publicação do livro, credenciada pela Fábrica da Igreja Paroquial da Freguesia de São Pedro.-----

-----O Senhor Presidente começou por propor que se procedesse de modo idêntico aos pedidos anteriormente apresentados, quanto ao número de exemplares.-----

-----O Senhor Vereador José Manuel Saraiva Cardoso solicitou a palavra para tecer alguns comentários respeitantes a este tipo de apoios: não entende a capacidade das gentes de Manteigas para apenas reconhecerem os méritos dos padres e não de outras figuras importantes do Concelho, assim como a competição existente entre as paróquias de Santa Maria e São Pedro quanto à edição de livros: primeiro, Santa Maria promoveu a publicação de um livro enorme, em três volumes, para homenagear o Padre Parente, seguiu-se São Pedro com a edição de um livro em homenagem ao Padre José Baylão, novamente vem Santa Maria a fazer homenagem ao Padre Francisco Gralha, sem qualquer edição de livro, depois São Pedro retorna com uma homenagem ao Padre Sampaio, que é neutro nesta questão das paróquias e por último vem novamente São Pedro a promover a edição de um livro de homenagem ao Padre António Tarrinha. Relativamente ao livro do Senhor Padre Sampaio entende que o mesmo lhe soube a pouco, considerando que o homenageado merecia muito mais do que aquilo que foi feito em termos de livro, lamentando que a Câmara não tenha sido consultada sobre o apoio à



CÂMARA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

edição. De qualquer forma e no que respeita ao livro do Senhor Padre Tarrinha comunicou que o mesmo, do seu ponto de vista, já está mais completo.-----

----- O Senhor Presidente informou que nada iria dizer relativamente aos comentários pessoais do Senhor Vereador, acrescentando apenas que todos os pedidos de apoio a publicações foram sempre apresentados, previamente, para análise do executivo. Assim questionou os presentes quanto ao tipo de apoio a prestar ao pedido apresentado.-----

----- Depois de votado, a Câmara deliberou, apoiar todas as solicitações vertidas na comunicação, datada de 19 de novembro de 2012, da Comissão organizadora para a publicação do livro, credenciada pela Fábrica da Igreja Paroquial da Freguesia de São Pedro -----

----- De seguida e em face da presença da equipa técnica do PDM, o Senhor Presidente retomou o ponto 3.1.-----

Conhecimento da informação nº 103/2012/PF, datada de 07 de novembro de 2012, referente à revisão do PDM de Manteigas: reunião de trabalho de 06 de novembro de 2012.

----- Foi presente a informação nº 103/2012/PF, datada de 07 de novembro de 2012, referente à revisão do PDM de Manteigas: reunião de trabalho de 06 de novembro de 2012. -----

----- O Senhor Presidente começou por agradecer a presença da equipa técnica para prestar informação acerca da evolução do processo de revisão do PDM, nomeadamente, os trabalhos desenvolvidos, as reuniões realizadas, as propostas apresentadas e respetiva fundamentação.--

De seguida e tendo em conta a informação presente, prestada pela arquiteta Patrícia Cunha, referente à delimitação da REN e às áreas adjacentes, informou que se verifica dificuldade em manter a classificação de algumas zonas, tal como foi formulado na proposta de revisão do PDM, como são os casos da zona de Leandres e zona do Cabecinho, uma vez que se pretendia que fossem considerados perímetros urbanos. Transmitiu que o Cabecinho continua sem classificação, pois já no âmbito do PDM da Guarda, aquela zona não tinha sido contemplada podendo ficar com a classificação de perímetro rural; no que respeita à zona de Leandres e sua classificação, em face do que impõe o Plano de Ordenamento do Parque Natural da Serra da Estrela, solicitou esclarecimentos sobre o que é que não pode ser feito e o que é que deve ser feito para se cumprir a legislação em vigor.-----

----- O Senhor Vereador José Manuel Custódia Biscaia solicitou a palavra para apresentar algumas questões prévias: em primeiro lugar acha infame a situação de Vale de Amoreira e do Cabecinho, uma vez que, não entende como foi possível aquela freguesia não ter sido contemplada no PDM do Concelho da Guarda, acabando por se submeter às exigências do Plano de Ordenamento do Parque Natural da Serra da Estrela, relativamente à zona urbana, pelo que obrigatoriamente terá de ser tratada pelo PDM do Concelho de Manteigas; considera que o Cabecinho pode ter a classificação que se lhe pretende atribuir, tendo em conta que a



CÂMARA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

- 453 -

António
Att.
Ch

determinada altura chegou a ser prevista para aquela área, uma zona de equipamento, traduzida num campo de golfe, tendo-se solicitado o respetivo destacamento daquela área para o efeito. Saliou que não se pode continuar a ceder nas questões mais importantes para o Concelho e que o PDM de Manteigas não deve ser encarado de forma tão urgente quanto se pretende politicamente, porque se houver situações que exijam tratamento específico e imediato, o mesmo deve ser feito com a brevidade e o rigor que as mesmas exigem. Por outro lado e havendo nova legislação, conforme referiu a arquiteta Patrícia na informação que foi presente, relativamente às zonas ameaçadas de cheia, que integram a REN, questionou essa integração, a realização do levantamento dessa área, uma vez que a classificação existente data de há mais de cem anos a esta parte. Recordou que em tempo tinha suscitado duas ou três questões referentes à possibilidade de haver tratamento específico para a zona situada entre Sameiro e a Relva da Reboleira, mas concretamente nada foi dito nem proposto. Apenas se referiu que se estava a lidar com zona de REN devido à existência do rio e de um azinhal. Importa firmeza na negociação como área indispensável para o Skiparque e Turismo e o azinhal nunca poderá ser justificação. Há azinhal desde Manteigas até Vale de Amoreira. -----

Sobre a zona de Leandres, o facto de ter de um lado o rio, porventura limitativo, tem igualmente como limitação artificial a estrada de Leandres, podendo originar uma maior complexidade de tratamento dessa área. Recorda que havia pretensões de se criar uma zona para indústria e caracterizada como tal. Verá pelas estratégias do PDM se é ou não necessária -----

Sobre o exposto, comunicou ainda que a sua preocupação se centra na estratégia a ser proposta para o desenvolvimento e a incluir no Plano Diretor Municipal, tendo em conta as poucas pretensões de alteração da Câmara Municipal, pois é unânime que nunca se conseguirá ter alta densidade, por mais que se alarguem os perímetros urbanos; acrescentou que achava bastante importante que, nem Vale de Amoreira, nem o Cabecinho fossem considerados aglomerados de segunda categoria. Deve defender-se que outras zonas fossem igualmente consideradas núcleos urbanos, até porque já se encontravam urbanizadas, com água, luz e saneamento como é o caso das Coanheiras, entre Sameiro e a Relva da Reboleira. De qualquer forma, adiantou que daria todo o impulso político às pretensões apresentadas e a equipa deve sustentá-las tecnicamente, sem fazer cedências, porque não implicam dar cabo do território, incluindo REN e RAN. Assim, dado que apresentou propostas que, do seu ponto de vista, não foram convenientemente tratadas ou não foram solucionadas e sem querer que o calendário interfira na boa apresentação do plano e na estratégia aí contida, entende que se for preciso se deve demorar mais tempo, fazendo as coisas com rigor, pois estarão disponíveis para dar o apoio necessário. O que é urgente poderá e deverá ser tratado autonomamente com a Casa das Penhas Douradas. -----



CÂMARA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

----- O Senhor Presidente interrompeu para dizer que o Executivo comunga do mesmo sentimento do Senhor Vereador, tanto que a proposta que foi feita era no sentido de classificar os solos da forma mais vantajosa para o Concelho, nomeadamente, no que respeita ao Cabecinho; acrescentou que também o acompanha na crítica feita à Câmara da Guarda e entende que, de facto, o território não foi tratado da melhor maneira; também não é seu propósito debitar a resolução de qualquer questão ao nível da proposta, em termos de calendário ou de alguma pressa que exista em resolver as questões do PDM; defende exatamente os mesmos princípios, no sentido de tratar com nobreza o território do Concelho, devendo, ainda assim, perceber até onde é possível ir e se, de facto, pela simples e forte vontade do Executivo, se conseguem resolver e ultrapassar os problemas, ou não, por força da legislação em vigor, pois há uma forte convicção na defesa do território e da qualidade de vida de quem reside no Concelho.-----

----- O Senhor Chefe da Divisão de Planeamento, Obras e Urbanismo, Engenheiro João Gabriel, começou por fazer um enquadramento no âmbito de questões específicas apresentadas e de forma a dar conhecimento de alguns pormenores relativos à revisão do PDM, uma vez que este processo já se desenvolve há algum tempo.-----

Informou que a determinado momento do ano transato e sensivelmente a meio do corrente ano, houve um impulso muito grande proveniente da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro (CCDRC) que convocou os municípios com PDM's mais atrasados, impondo um prazo mais apertado, sendo que a contrapartida desse prazo era no sentido deles próprios serem responsáveis pela delimitação da REN; a Câmara Municipal desde logo aceitou de bom grado, até porque era necessário esse impulso para o processo avançar, tendo sido assumido esse compromisso; esse trabalho está a ser executado, pelo menos a REN bruta está executada; entretanto foram realizadas várias reuniões sectoriais com as entidades chave do nosso território, nomeadamente, Parque Natural da Serra da Estrela e o atual Instituto de Conservação da Natureza e das Florestas (ICNF), tendo sido debatidas todas as questões levantadas pelo Senhor Vereador José Manuel Biscaia, e outras, o que originou a carta de ordenamento que se pretende aqui apresentar e posteriormente enviar para a CCDRC, no sentido de ser convocada nova reunião da comissão de acompanhamento para janeiro; esta situação cruzou-se com outras, nomeadamente com a cartografia que ainda não estava homologada, havendo necessidade de reiniciar o processo de homologação paralelamente a este e que se encontra em vias de conclusão; nas reuniões sectoriais foram debatidos todos estes assuntos, nas quais foram defendidos, entre outras situações, os perímetros urbanos que será porventura a questão, em termos políticos, mais sensível, no entanto, entende que estas situações deviam ter sido discutidas a montante, uma vez que existe um plano especial de



CÂMARA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

- 455 -

António
Marta

ordenamento, que é o Plano de Ordenamento do Parque Natural da Serra da Estrela que gere o território e estando esse plano em vigor, é à partida um instrumento de gestão que baliza todas as intenções da Câmara, nomeadamente de uma zona para atividades económicas a criar em Leandres. No plano de ordenamento do Parque, essa zona foi classificada como zona de proteção parcial 3, estando definido claramente o que se permite e o que não se permite efetuar nessa zona; se se pretender uma coisa diferente tem que se ir junto do Governo promover uma revisão do plano de ordenamento do Parque Natural e ir a Conselho de Ministros, logo torna-se um processo completamente diferente e à parte do PDM.-----

Neste sentido, acrescentou que se trata de uma situação que será colocada politicamente ao Executivo Municipal, no sentido de saber se é esse o caminho que se pretende seguir, ficando o PDM novamente estagnado e avançar-se, antes, para a revisão de um plano especial que rege toda uma região. Trata-se de uma decisão do Executivo, as regras estão definidas à partida, porque se o plano não existisse, o PDM podia tomar algumas opções e o plano iria adaptar-se ao PDM do Município, o que não acontece pois o PDM ao ser revisto agora, após a aprovação do plano de ordenamento, tem que se submeter às regras por ele definidas.-----

No que respeita a Vale de Amoreira, a referida freguesia vai ser delimitada como perímetro urbano bem definido e com ampliação do perímetro em relação ao existente mas que não consta do atual PDM; quanto ao Cabecinho, tentou-se também defender a questão do perímetro urbano, mas o Parque Natural nunca aceitou que assim fosse, porque consideram que não tem características para ser classificado dessa forma; ainda assim e por indicação do Senhor Presidente e Vereação, foi transmitido ao Parque que a Câmara Municipal mantinha essa pretensão mas este iria emitir parecer negativo sobre essa questão, tendo sido feito algum "finca pé" na sua definição como urbano em algumas reuniões sectoriais; no entanto, na reunião com a CCDRC, a própria aconselhou que se a Câmara Municipal de Manteigas pretendia ter um PDM, em tempo útil, não valeria a pena forçar a situação, na medida em que implica alterações de planos de capacidade superior a um PDM e que são muito difíceis de conseguir; no que se refere à zona situada entre Sameiro e a Relva da Reboleira, correspondente às Coanheiras, informou que a mesma já estaria definida como REN.-----

-----A Senhora Arquiteta Marta Falcão, chefe da equipa responsável pela revisão do PDM tomou da palavra para esclarecer que foram feitas algumas desafetações na carta de exclusão, tanto da RAN como da REN, em vários sítios, nomeadamente para a ampliação dos perímetros urbanos, como é o caso da zona da Reboleira, ou seja, só se pode pedir desafetação tanto da RAN como da REN, em situações concretas em que já há um compromisso assumido pela Câmara no caso da referida área ser consolidada e preencher os requisitos definidos pelo Plano Regional de Ordenamento do Território do Centro (PROT), que é o que a CCDRC está a aplicar,



CÂMARA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

ou ainda caso já exista uma viabilidade. Na zona referida, por exemplo, não há uma viabilidade, pelo que não se pode pedir essa desafetação, há apenas uma intenção com a qual não se consegue avançar, a não ser que haja algo em concreto e se consiga fundamentar; adiantou que o facto de se estar perante uma zona de RAN ou de REN não obriga a inviabilizar os projetos previstos, pois os novos regimes são mais abertos do que anteriormente, principalmente o da RAN, uma vez que o da REN depende um pouco do ecossistema em que está inserido; há uns que proibem completamente a edificação, outros que não, sendo analisado caso a caso. -----

----- O Senhor Presidente questionou se a vontade política não se sobrepunha a qualquer pedido particular.-----

----- A Senhora Arquiteta Marta Falcão informou que mesmo a vontade política tem de ser devidamente fundamentada com base em valores próprios, em estudos de viabilidade económica ou ainda em projetos que existam, inseridos em candidaturas aos vários programas, e foi desta forma que a proposta de classificar o Cabecinho como aglomerado urbano, não teve o resultado pretendido, ficando classificado como aglomerado rural, perdendo assim a possibilidade de criação de atividades económicas nessa zona. -----

----- O Senhor Vereador José Manuel Custódia Biscaia lembrou sobre a situação da zona onde era para ser fixada a ETAR, entre o Cabecinho e Vale de Amoreira, que já estava desanexada da REN e autorizada pela CCDRC, para o efeito, o que leva a concluir que os objetivos podem justificar alterações. -----

Relativamente ao aglomerado das Coanheiras – Relva da Reboleira comunicou que a pretensão para aquela zona era edificação dispersa com várias finalidades, nomeadamente para turismo rural, no entanto, teria que se caracterizar objetivamente com o casario que já lá existe de forma a ser identificada devidamente, na medida em que as casas aí já se encontram em ruínas, acabando por se desmoronar caso não haja oposição dos políticos e da equipa técnica; trata-se de uma zona infra-estruturada e igualmente de um circuito, um caminho urbano de Sameiro para a Relva da Reboleira, um istmo de ligação entre a freguesia e uma zona de desenvolvimento turístico que entende não ser de desprezar, tendo em conta que o existente já está consolidado. É pena e é grave desprezar esta potencialidade.-----

Entende que a situação da zona do Cabecinho terá de ser tratada com algum rigor e à semelhança da zona das Coanheiras, apesar da fraca densidade populacional que apresenta atualmente.-----

----- A Senhora Arquiteta Marta Falcão esclareceu que, relativamente a Sameiro e à zona identificada pelo Senhor Vereador, a mesma foi classificada como espaço de usos múltiplos agrícola e florestal, ou seja, cumpre os parâmetros que vêm no plano de ordenamento, mas permite a construção, nomeadamente para o turismo, assim como atividades económicas



CÂMARA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

- 457 -
Assistent
M.
A.

ligadas à agricultura e à floresta e onde se pode construir de forma regradada e moderada, tal como é referido no regulamento do PDM.-----

-----O Senhor Vereador Marco Alexandre Lucas Veiga concretizou dizendo que, no que respeita ao espaço entre Sameiro e a Relva da Reboleira, o primeiro elemento limitativo em termos de construção é logo à partida o Plano Especial de Ordenamento do Parque Natural da Serra da Estrela; no entanto, nos terrenos afetados como reserva agrícola, existem uma série de exceções que, por assim estarem classificados, não significa, obrigatoriamente, que não se possa construir, poder-se-á fazer reconstrução e ampliação de construções já existentes, assim como executar algumas construções novas, seguindo alguns parâmetros específicos; por exemplo, se houver um agricultor que tenha uma determinada área de terreno naquela zona e que comprove que não tem mais nenhum além daquele, também lhe é permitida a construção de uma habitação a custos controlados, que obriga a uma limitação em termos de área, em termos de piso, etc., ou seja, são situações que devem ser tratadas pontualmente.-----

-----O Senhor Presidente perguntou se, havendo insistência da Câmara, haveria a possibilidade de se chegar a outra classificação de solos, nas zonas do Cabecinho e das Coanheiras, mais favorável à construção, justificando com as infraestruturas existentes.-----

-----A Senhora Arquiteta Marta Falcão respondeu que poderiam propor, havendo necessidade de desafetação da RAN devidamente fundamentada.-----

-----A Senhora Arquiteta Patrícia Cunha pediu a palavra para lembrar que o Instituto de Conservação da Natureza e Biodiversidade (ICNB) tinha sido taxativo ao dizer que meia dúzia de casas não constituem um aglomerado urbano e mesmo que se venha a considerar como tal, vai implicar que se concretize efetivamente o definido no PDM ou, caso contrário, o espaço reverterá para o uso anterior.-----

-----O Senhor Presidente concluiu, pelas explicações transmitidas, que caso essa situação não seja possível, a Câmara procurará encontrar a solução mais vantajosa para as situações indicadas, de forma a não inviabilizar de todo a construção.-----

-----O Senhor Vereador José Manuel Custódia Biscaia contrapôs, dizendo que no seu entender e da apresentação feita até ao momento, o PDM continuava sem qualquer novidade relativamente ao PDM existente, tendo perguntado sobre quais as alterações que a proposta do PDM apresentava, e as suas vantagens, uma vez que lhe pareceu estar tudo na mesma e que, a ser assim, era preferível ficar como estava e resolver os casos concretos do Cerro da Correia e Cimo da Vila.-----

-----A Senhora Arquiteta Marta Falcão respondeu que as alterações se prendem com o facto de existir um novo plano de ordenamento com as regras que se conhecem e com base nesse plano tentar adaptar as manchas existentes e detalhá-las e afiná-las com o que se pretende para



CÂMARA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

o Concelho de Manteigas. A grande vantagem que existe em relação ao PDM atual tem a ver com os perímetros urbanos que ficaram mais vantajosos e mais adequados à nova tipologia de construção.-----

Adiantou que foram ainda consideradas algumas questões que estavam pendentes, nomeadamente as Penhas Douradas, as zonas de recreio ambiental, permitindo assim o acesso a novas candidaturas para o Concelho.-----

Informou ainda que, uma vez que se irá realizar a reunião plenária, em janeiro, será efetuado um trabalho mais detalhado com base na marcação das infraestruturas pela Câmara Municipal, destinado à elaboração de um documento que será apresentado, como proteção política, e anexado à proposta.-----

Quanto às Coanheiras, será efetuada uma caracterização física do local com mais detalhe, nomeadamente no que respeita ao levantamento das infraestruturas existentes, das casas, bem como, fazer uma delimitação do que se acha adequado e ajustado às pretensões, fundamentando com as questões levantadas na presente reunião.-----

Aproveitou ainda para referir que no caso de Leandres, a situação é ainda mais sensível que o Cabecinho, sobretudo porque foi classificado em espaço de proteção tipo 3.-----

----- O Senhor Engenheiro João Gabriel interrompeu para informar que a alternativa encontrada foi, porventura, desistir de Leandres, uma vez que existe um misto de utilizações e de funções, muito comum no Concelho, pois sempre houve habitações perto da indústria, como por exemplo, a Glaciar que está localizada no meio de um bairro residencial e a própria SOTAVE e são esses espaços, para atividades económicas, que vão ficar.-----

----- O Senhor Vereador José Manuel Saraiva Cardoso perguntou como é que ficavam as situações que ainda não estavam legalizadas na zona de Leandres.-----

----- O Senhor Engenheiro João Gabriel informou que a legalização teria que acontecer, respeitando o plano de ordenamento do Parque Natural da Serra da Estrela; no entanto, este plano não impede as atividades já instaladas, apenas impede novas construções.-----

----- O Senhor Vereador José Manuel Custódia Biscaia questionou, ainda, se a proposta de delimitação da REN, a ser feita pela CCDRC, seria feita apenas por aquela entidade ou se iria contar com o apoio da Câmara Municipal e, neste caso, se seria elaborada a zona de leito de cheia Mais referiu que as Penhas Douradas já estão excecionadas no Plano de Ordenamento do Parque Natural da Serra da Estrela.-----

----- O Senhor Vereador Marco Alexandre Lucas Veiga informou que a zona de leito de cheia já estava prevista no plano municipal de emergência e proteção civil, aprovado pela Autoridade Nacional de Proteção Civil; no entanto, adiantou que o facto de ser leito de cheia não invalida que se sobreponha à área de RAN ou de REN.-----



CÂMARA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

- 459 -
António
Marta
J.M.

-----O Senhor Engenheiro João Gabriel esclareceu que, quando o Senhor Vereador José Manuel Biscaia afirmou que valia mais não ter PDM, os casos de Vale de Amoreira e Cabecinho, por exemplo, são questões que, pelas limitações impostas pelo plano de ordenamento do Parque Natural não se conseguem resolver e o facto de manter tudo como está, impede a aprovação de novos projetos e candidaturas nos próximos anos. -----

-----O Senhor Vereador José Manuel Custódia Biscaia voltou a contrapor, dizendo que na realidade o que tinha dito foi que, após tanto tempo passado e dinheiro gasto, se não é para contribuir para o desenvolvimento de Manteigas, criando uma estratégia com base nas inovações propostas, politicamente considerada como estratégicas, então deixa-se ficar como está. Enfatiza que se trata de casos de pormenor e de pequenas áreas. Mais, se é preciso alterar o Plano de Emergência altera-se. Não vê nisso dificuldade intransponível. Quanto ao facto de não se ter a aprovação de novos projetos e candidaturas, entende que esse discurso já era proferido na época dos PDM's de primeira geração, é o caso do PDM de Manteigas, como forma de pressão, e nada disso aconteceu. -----

-----A Senhora Arquiteta Marta Falcão disse que o trabalho desenvolvido foi no sentido de criar um PDM menos restritivo, tendo em conta que o Concelho, em si, já tem muitas condicionantes, pelo que se tentou que todas as classes de espaços fossem as mais abrangentes possíveis; a classe de usos múltiplos é uma boa opção no seu entender. -----

-----O Senhor Vereador José Manuel Custódia Biscaia aceitaria a classe de usos múltiplos e lembrou os terrenos do Valazedo, em Manteigas e questionou os técnicos se saberiam que a referida área já estava desafectada da RAN, conforme se pretende, uma vez que já havia desafetação da RAN até ao caminho das Regadas, em virtude de uma via urbana projetada para aquele espaço. -----

-----A Senhora Arquiteta Marta Falcão informou que essa questão nunca terá sido transmitida como tal, pelo que na dita reunião a realizar em janeiro, serão apresentadas estas questões retificativas da RAN. -----

-----O Senhor Presidente agradeceu a presença e os esclarecimentos prestados, dizendo que ficaria a aguardar a evolução do processo na sequência das considerações apresentadas na presente reunião. -----

Apreciação das Grandes Opções do Plano e Orçamento para o ano 2013 e sua submissão à Assembleia Municipal. -----

-----O Senhor Presidente começou por apresentar o documento dizendo que, se no passado se justificava a dificuldade de elaboração de um plano de atividades, justo, para o território, atualmente essa situação agravou-se no contexto em que o País vive, de crise financeira e económica, em que as transferências do Estado têm sido cada vez mais diminutas; por outro



CÂMARA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

lado, está-se a entrar numa fase de abrandamento do Quadro Comunitário, deixando, portanto de ter a assistência financeira para investimento. -----

Trata-se de um orçamento restritivo com uma redução significativa, no valor de cerca de dois milhões de euros, tentando ainda assim cumprir as obrigações da Câmara no que toca às suas atribuições, inerentes à prestação de um serviço de qualidade à população. -----

Informou que se pretende manter os apoios sociais, dando mais atenção às famílias mais necessitadas, até porque entrou em vigor o Regulamento do Fundo de Emergência Social; pretende-se continuar a desenvolver os projetos iniciados, havendo, no entanto, projetos que terão que aguardar melhores dias e melhor assistência financeira ao município; pretende-se dar continuidade à concessão dos vários equipamentos financiados pelos fundos comunitários, nomeadamente o Centro Interpretativo do Vale Glaciar do Zêzere, o Centro de Energias Renováveis, o Ninho de Empresas e uma outra candidatura correspondente à zona junto à Várzea, referente à recuperação da área onde estava instalada a ETAR, que tem despesa feita e que se pretende que seja financiada como reembolso. Portanto, todos os projetos iniciados irão ser terminados em 2013. Lembrou que se pretende continuar a prosseguir uma política de criação de equipamentos atrativos no que respeita ao turismo de ar livre, com maior utilização dos percursos pedestres, com publicitação do território, como tem sido feito, sem esquecer que as dificuldades serão enormes. -----

Apesar disso, julga que o ano de 2013 irá ser marcado pelo aparecimento de mais empresas no Concelho de Manteigas, tendo em conta que a SOTAVE, comprada para fixar algum tecido económico, está a dar os primeiros passos, prevendo-se que no início do ano terá lugar a instalação de alguns equipamentos industriais, que poderão dar algum conforto económico com a criação de postos de trabalho, pois há pretensões de ocupação de mais algumas áreas. -----

Por fim, solicitou a transcrição do texto da "Apresentação" inclusa nas Grandes Opções do Plano e Orçamento para a ata, a saber:-----

"Apresentação

Nos termos da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, nomeadamente da alínea b) do n.º2 do artigo 53º e da alínea c) do n.º 2 do artigo 64º com a redacção que lhe foi dada pela Lei n.º5A/2002, de 11 de Janeiro, apresentamos aos competentes órgãos autárquicos (Executivo da Câmara e Assembleia Municipal de Manteigas), os documentos com as Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2013.

A proposta que aqui apresentamos, ocorre no quadro da mais profunda crise económica que a memória recente dos portugueses regista, num momento particularmente difícil em que a depressão faz emergir sentimentos de frustração, pessimismo e descrença, quer nas pessoas, quer nas instituições.



CÂMARA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

- 461
António
M
Ch

Neste contexto, não é possível, e muito menos legítimo, ignorar que as propostas de trabalho concreto para o futuro mais imediato do desenvolvimento do nosso Concelho, estão profundamente condicionadas por uma conjuntura nacional extremamente negativa, que sendo estranha à responsabilidade do Município, o afecta de forma gravíssima tal como sucede com a generalidade dos Municípios Portugueses, sobretudo no que se refere aos meios financeiros de que dispõem para fazer face ao cabal desempenho das suas atribuições.

Basta fazer uma análise ao vigente orçamento de estado (2012) para se perceber a quebra de mais 120 milhões de euros nas transferências para os Municípios relativamente a 2011, avolumando em 847 milhões de euros o montante retirado desde 2010 pelo não cumprimento da Lei das Finanças Locais. São menos 32% em três anos, o que se traduz numa drástica redução das disponibilidades financeiras dos Municípios, com acentuado reflexo no concelho de Manteigas, concelho de pequena dimensão e com pouca capacidade para gerar receitas. Se já no passado se sentia a consecutiva redução das transferências do estado, essa redução é hoje dramaticamente mais acentuada e por isso aqui a deixamos realisticamente reflectida.

Para além das reduções verificadas ao nível da receita, é importante realçar ainda como aspecto negativo, os vergonhosos aumentos dos combustíveis e impostos, nomeadamente o IVA na electricidade bem como a baixa execução do QREN (Quadro de Referência Estratégica Nacional) no qual os Municípios são a principal alavanca.

Neste quadro de dificuldades que nos são impostas, embora conscientes da conjuntura e das adversidades com que a todo o momento de forma brutal e inesperada nos confrontamos, não abdicaremos da vontade férrea de manter o rumo e os objectivos traçados para o desenvolvimento do nosso concelho, contando sempre com todas as entidades locais, a população os empresários e os trabalhadores, nem abdicaremos do exercício das competências do município, no quadro da autonomia do Poder Local cada vez mais afectado pela imposição de novas regras e graves decisões do seu funcionamento.

Em linha com a contenção e prudência por nós assumida desde o início do presente mandato procurando acomodar os preocupantes sinais da crise, a redução do orçamento para 2013, atinge os 26 por cento, sendo de 28 por cento em relação a 2009. Comparando a receita corrente no mesmo período de tempo, podemos concluir que a mesma tem um decréscimo de 2 por cento, enquanto a despesa corrente atinge uma redução substancialmente maior que se cifra nos 14 por cento. Esta diferença assinalável, assenta no esforço de poupança que se tem verificado naquilo que a Câmara gasta consigo própria. No que diz respeito à receita de capital, esta desce também acentuadamente desde 2009 em cerca de 47 por cento, fruto do final do QREN e da acentuada quebra nas transferências. Já a despesa de capital decresce 40 por



CÂMARA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

cento, valor inferior ao decréscimo da receita, por via da possível utilização de receita corrente em despesa de capital, prova de boa gestão dos fundos municipais.

Não fora uma gestão rigorosa, exigente e empreendedora até agora seguida, com especial incidência quer na redução da dívida, quer na redução da despesa corrente e estaríamos certamente impossibilitados de apresentar o presente Plano que reflecte bem a capacidade de continuar a assegurar o funcionamento dos serviços a prestar à população, os apoios sociais aos mais novos e aos idosos, às instituições, a consolidação e melhoria das condições necessárias à boa prática de turismo de natureza e ar livre no nosso território, à fixação de empresas na antiga SOTAVE e conseqüente criação de postos de trabalho que vai atingir em 2013 uma realidade efectiva.

Não obstante a necessidade de se prosseguir uma gestão apertada e criteriosa dos recursos na linha do que vem sucedendo há três anos, queremos garantir apoio e serviços de qualidade contando sempre com o cada vez maior sentido de responsabilidade e empenhamento do conjunto de serviços, funcionários e dirigentes municipais. Só assim é possível reproduzir na proposta de Opções do Plano toda a actividade da Câmara nos diferentes domínios da sua intervenção e da qual a seguir se descrevem as acção mais relevantes:

Acção Social

Continuaremos em 2013 a dar prossecução às competências da Câmara Municipal em matéria de acção social, enquadrando a população idosa, os jovens, as pessoas portadoras de deficiência e os mais desfavorecidos.

À semelhança dos anos transactos, desenvolveremos o conjunto de actividades definidas e concederemos os benefícios estipulados, tanto no âmbito do Cartão Municipal do Idoso, que muito tem contribuído para um envelhecimento activo, como do Cartão Júnior Municipal, que tanto tem estimulado a participação dos jovens.

De salientar a intenção de propormos a alteração do regulamento do Cartão Júnior Municipal, no sentido de este contemplar a concessão de benefícios, de modo temporário, a jovens não residentes, mas que regularmente passam férias no concelho.

Actuaremos junto das pessoas e famílias do concelho que enfrentam dificuldades relacionadas com a grave crise social, económica e financeira que o país atravessa, através do Fundo Municipal de Emergência Social. É nosso objectivo colmatar situações comprovadas de emergência social de carácter pontual, concedendo apoios económicos em diversas áreas.

Ainda pelo facto de estarmos num contexto de grave crise económica, garantiremos todos os apoios sociais em vigor, designadamente, a atribuição de bolsas de estudo, apoio ao transporte



CÂMARA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

- 463
Assinado
J.M.
Ch

dos estudantes do ensino superior, aquisição de manuais escolares, constituição da família, fixação da residência e natalidade.

Conscientes da importância da intervenção das autarquias locais em áreas tão vitais como o emprego e a qualificação, efectivaremos em 2013 a actuação do recém-criado Gabinete de Inserção Profissional de Manteigas, para apoiar desempregados, jovens ou adultos, que necessitem de auxílio na resolução do seu problema de inserção ou reinserção profissional.

Em matéria de habitação social, permanecerá a nossa intenção de responder de modo eficaz e eficiente às necessidades dos munícipes. Em 2013, continuaremos a dar especial atenção à gestão do parque habitacional municipal, nomeadamente, à atribuição de fogos, tendo em conta o rigor, a justiça social, o cumprimento das disposições legais, seguindo o princípio de habitação social a quem de facto a necessita.

No seguimento da implementação do Contrato Local de Desenvolvimento Social, entre o I.S.S., I.P, o nosso Município, como entidade promotora, e a Santa Casa da Misericórdia de Manteigas, entidade coordenadora, empenhar-nos-emos para, conjuntamente com os parceiros, levar a cabo este programa de cariz social que muito poderá contribuir para o combate à pobreza e exclusão social.

Educação

A educação continuará a merecer a nossa especial atenção e tudo faremos para que estejam reunidas as condições necessárias para se alcançar um ensino de excelência.

Pretendemos reforçar o nosso papel de parceiro privilegiado no processo educativo e formativo, garantindo apoio e cooperação, sempre numa óptica de optimização dos recursos.

Num contexto de acentuada crise económica, daremos especial importância, em 2013, à nossa intervenção na acção social escolar, de entre as nossas muitas competências em matéria de educação. A implementação de medidas de apoio aos alunos com menos recursos financeiros é o garante da igualdade de oportunidade para aprender, para todas as crianças e jovens. Asseguraremos, portanto, a comparticipação dos auxílios económicos nas refeições escolares do 1º ciclo do ensino básico e pré-escolar e no prolongamento de horário deste último nível de ensino.

Em matéria de transportes escolares, garantiremos, à população escolar dos diferentes níveis de ensino, uma rede de transporte adequada.

Patrocinaremos, como nos últimos anos, a realização de Projectos Escolas, quer seja na protecção do ambiente, através do Programa Eco-Escolas, quer seja na saúde, com a nossa participação no projecto Escolas Promotoras de Saúde.



CÂMARA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

Continuaremos a dar a melhor colaboração possível à Escola Profissional de Hotelaria e ao Externato Nossa Senhora de Fátima em relação à integração dos alunos dos PALOP's.

A Comissão de Protecção de Crianças e Jovens de Manteigas receberá todo o nosso apoio, à semelhança dos anos transactos, na sua acção de promoção e protecção dos Direitos das Crianças e dos Jovens

Relançaremos o Conselho Municipal da Juventude, começando com a adaptação do seu regulamento à recém legislação em vigor.

Saúde

Apoiaremos a Santa Casa da Misericórdia de Manteigas na abertura da Unidade de Cuidados Continuados Integrados.

Continuaremos a colaborar com todas as unidades de saúde que, regularmente, promovem acções de rastreio e diagnóstico, no concelho.

Cultura

Na área da acção cultural, apesar das restrições financeiras, a Câmara Municipal continuará a promover um leque de iniciativas que vão de encontro aos valores culturais enraizados nas gentes de Manteigas, proporcionando momentos de cultura e recreio.

No decorrer do ano de 2013, destacam-se as seguintes iniciativas: o Concurso Fotográfico de Manteigas, o Concurso Literário - Prémio Dr. João Isabel, a Comemoração do 25 de Abril, o Concurso de Ilustração e Banda Desenhada, a Feira do Livro de Manteigas, as Noites de Verão, a Comemoração do Dia Mundial da Música e o Ciclo de Teatro de Outono.

No panorama cultural a Expo Estrela - Manteigas 2013 - XX Mostra de Actividades e Feira de Artesanato continuará oferecer um programa diversificado, onde os agentes culturais locais desempenham um papel primordial.

Após duas edições bem sucedidas, a 3.ª Feira Antiga de Manteigas continuará a ser desenvolvida com o propósito de valorizar e promover a história do povo de Manteigas, com um programa variado e atractivo que, cada vez mais, procurará atrair visitantes de fora do Concelho.

A Sala de Exposições do Centro Cívico manterá as portas abertas a novas criações artísticas, quer por parte dos naturais de Manteigas, quer outros artistas interessados em divulgar o seu trabalho.

Durante o ano de 2013 a Câmara Municipal continuará a apoiar as associações e instituições que demonstrem rigor e altruísmo nas actividades desenvolvidas em prol da valorização cultural, recreativa e desportiva.



CÂMARA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

- 465 -
Manteigas
JL

No plano das criações artísticas, o Município procurará apoiar com veemência os projectos que valorizem e enriqueçam o legado do Concelho, bem como todas as acções que tenham o propósito de promover e divulgar as potencialidades do território.

Desporto

No ano de 2013, no seguimento das actividades que têm vindo a ser desenvolvidas enquadradas no Desporto de Montanha e Aventura, continuar-se-á a valorizar e promover o Concelho, através da prática de eventos de nível nacional e internacional.

Manteigas, uma vez mais em 2013, será líder no desenvolvimento de desportos e actividades de montanha e natureza, nomeadamente; o pedestrianismo, o parapente, o montanhismo, o BTT, a caça e pesca desportiva.

“MANTEIGAS CAPITAL DO BTT” continuará a ser um slogan e uma referência, no âmbito das provas de competição e lazer. Relativamente a esta modalidade em Manteigas, irão decorrer nomeadamente os eventos a realizar no âmbito do Ciclismo/BTT, em colaboração com a União Velocipédica Portuguesa – Federação Portuguesa de Ciclismo, ao abrigo do protocolo celebrado entre essa Entidade e o Município de Manteigas. Assim, mais uma vez Manteigas irá receber milhares de praticantes nas diversas modalidades deste desporto.

Protecção Civil e Segurança

No sector respeitante à Protecção Civil e Segurança, prosseguir-se-ão em 2013, as acções necessárias para garantir a segurança dos habitantes do Concelho de Manteigas, assim como, o regular funcionamento dos diferentes serviços e infra-estruturas na vertente da Protecção Civil, em estreita colaboração com as restantes entidades, com responsabilidades no âmbito da protecção civil.

Continuarão a efectuar-se reuniões periódicas com todos os agentes de protecção civil, bem como, a partilhar de informação entre os mesmos para prevenir e precaver riscos com a possível antecedência. Caso seja necessário serão utilizadas as valências do Plano Municipal de Emergência de Protecção Civil de Manteigas, como instrumento de apoio e coordenação das acções a desencadear em caso de emergência.

Serão realizados simulacros e acções de formação para melhor treinar os agentes de protecção civil do município, prevenindo-se e minimizando os riscos com maior relevância no Concelho de Manteigas.

Será concluído o Centro Municipal de Emergência e Protecção Civil, que permitirá melhores condições logísticas e operacionais para melhor responder a eventuais situações de emergência que se venham a verificar no Concelho.



CÂMARA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

Relativamente à prevenção de incêndios florestais, continuará a ser prestado o necessário apoio técnico, através do Gabinete Técnico Florestal.

Continuar-se-á a desenvolver um trabalho assíduo no que toca à prevenção de incêndios florestais, permitindo assim preservar o emblemático espaço florestal que caracteriza o concelho. Para isso serão actualizados os instrumentos de planeamento que caracterizam o território e onde serão definidas as ações a implementar do ponto de vista da defesa da floresta. São exemplo o Plano Municipal de Defesa da Floresta para 2013-2017, o Plano Operacional Municipal 2013, a execução do Plano de Fogo Controlado, entretanto aprovado, o desenvolvimento de campanhas de sensibilização à população, a manutenção da rede primária entretanto concluída, entre outros. Continuará a existir uma proximidade entre os vários agentes que contribuem para a prevenção de incêndios, como os sapadores florestais, os baldios, as freguesias, os serviços florestais, o PNSE, a GNR, os Bombeiros ou a ANPC.

Planeamento

O longo processo de revisão do Plano Director Municipal (PDM), após o grande desenvolvimento que foi efectuado durante o ano de 2012, vai finalmente conhecer o seu epílogo em 2013. Está prevista a realização de uma reunião plenária da Comissão de Acompanhamento logo em Janeiro, onde será apresentada e discutida a proposta de plano. Esta proposta já contempla as conclusões das reuniões sectoriais realizadas com algumas entidades, nomeadamente, com a Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro (CCDR-C) e Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas (ICNF) – Parque Natural da Serra da Estrela (PNSE).

Paralelamente, embora com outra ênfase logo que o trabalho de revisão do PDM esteja na sua fase final, durante 2013, irá desenvolver-se a proposta final do Plano de Pormenor das Penhas Douradas (PPPD). Se o PDM é um instrumento de gestão e ordenamento do território fundamental para o município, o PPPD não deixa de ser de enorme relevância porque poderá permitir ao concelho ganhar uma nova centralidade, com o reerguer de uma aldeia de montanha alicerçada na salvaguarda da memória do existente.

Obras, Equipamentos e Projectos Municipais

Relativamente às obras municipais existem três conjuntos distintos de empreitadas/equipamentos. Um que será concluído em 2013, outro que complementar as intervenções anteriores e ainda outro que terá o seu início nesse ano.

Do primeiro conjunto faz parte o Centro Interpretativo e de Sensibilização Ambiental – Fábrica do Rio, cuja conclusão física dos edifícios se encontra prevista até à Primavera. A execução dos arranjos exteriores e o fornecimento de equipamentos para o Centro decorrerão em paralelo, contudo, estima-se que se concluam mais para diante, em meados do ano.



CÂMARA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

- 467 -

António
Jul
Ch

Quem verá a luz do dia nos primeiros meses do ano é o Centro Interpretativo do Vale Glaciar do Zêzere (CIVGLAZ). Fisicamente concluído há algum tempo, nos últimos meses de 2012 foram concebidos todos os conteúdos e conceitos que integrarão os equipamentos multimédia adequados ao espaço. Estamos em presença de um pequeno edifício que terá uma alma enorme. Poucas dúvidas se têm acerca do sucesso do projecto, tal a qualidade e inovação com que foi gizado e concretizado. Será seguramente um ponto-chave na comercialização do nosso concelho, dando a conhecer as nossas particularidades através de experiências e sensações emotivas.

No denominado "Ninho de Empresas" foi concluída a primeira fase da obra (construção civil do edifício), decorrendo em 2013 a segunda fase que irá consistir nos arranjos exteriores ao mesmo e na dotação do seu equipamento. Ao redor do "ninho" germinam já novas empresas que darão nova vida a espaços que morreram com a Sotave.

No que a edifícios diz respeito, depois de desbloqueada a situação da posse da última habitação da Quelha das Ferreiras, poder-se-á avançar para o concurso e obra para instalação do "Centro de Artes e Ofícios do Eirô".

Na rede viária municipal estão previstas algumas intervenções de recuperação e regeneração, nomeadamente a pavimentação da Rua de Santa Maria, cuja primeira fase de requalificação foi efectuada no ano que ora termina, o alargamento do Caminho da Cerca e do Caminho de ligação do Outeiro a São Domingos. Será ainda estudada uma possível travessia pedonal do Rio Zêzere na Freguesia de Vale de Amoreira.

Na requalificação de espaços públicos destaca-se a empreitada de "Requalificação Paisagística da Zona da Várzea – Rio Zêzere", que já se encontra adjudicada e que avançará logo que haja confirmação formal de aprovação da respectiva candidatura a fundos comunitários. Dar-se-á também especial atenção ao Ribeiro da Vila, que tem vindo a sofrer intervenções pontuais, nomeadamente dotando-o de novo mobiliário urbano. Esta situação contemplará outros locais, designadamente ao nível da sinalética e da toponímica.

Na vertente mais direccionada para os que nos visitam, não se perdeu de vista a intenção de instalar um posto de ancoragem de auto-caravanas e de edificar/adaptar um Centro de BTT.

No que respeita a projectos, a Biblioteca Municipal, cujo projecto de execução já se encontra concluído, não foi de todo possível avançar para a sua concretização em 2012, face ao condicionamento financeiro a que foi sujeito o Município. Espera-se que o concurso público com vista à sua materialização avance em 2013. Outro projecto incontornável no próximo ano será o de requalificação do Largo da Liberdade, pela sua premência e pelo papel nuclear que aquele local tem na Vila e particularmente no Centro Histórico, terá pelo menos o projecto concebido.



CÂMARA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

Por fim uma palavra para a recuperação do edificado particular que prosseguirá, especialmente através do apoio directo que a Câmara Municipal concede aos munícipes para reabilitarem as suas habitações, com o Programa Especial de Recuperação de Imóveis Degradados (PERID) e com o Programa de Apoio à Pintura de Fachadas (PAPF). Para além do apoio à recuperação urbanística, pretende-se com estes dois programas, conferir cada vez mais qualidade ao parque habitacional, ao mesmo tempo que se incrementa a economia local através das empresas de construção.

Para a realização das acções a que nos propomos, necessitamos do envolvimento de todos: Executivo, Funcionários da Câmara, Juntas de Freguesia, Associações e População em geral, a quem antecipadamente agradecemos.

A todos os que contribuíram para a construção deste Plano de Actividades, funcionários e chefias dos diversos sectores da Câmara Municipal de Manteigas, o nosso reconhecimento.”

----- O Senhor Vereador José Manuel Custódia Biscaia tomou da palavra para em primeiro lugar referir que, apesar da redução verificada nas receitas e nas despesas, entende que com os valores apresentados, tem dúvidas pelas razões já invocadas pelo Senhor Presidente sobre se não estão previstas verbas exageradas para receitas e despesas. Por outro lado, acrescentou que, no seu entendimento, deveria ser presente para discussão, antes do Plano de Actividades e Orçamento, uma Revisão Orçamental, na medida em que as despesas previstas no plano de pagamentos da Câmara, para o ano 2013, 2014 e 2015, apresentado em maio último, não foram consideradas em Plano de Actividades, além de que, não foram adequados aos novos modelos previstos na legislação específica. Por fim, alertado para o reduzido número de páginas que integram as Grandes Opções do Plano e Orçamento e após confirmação na respetiva legislação, considera que, em termos formais, o documento não é apresentado em conformidade com a lei, pelo que questionou se as normas orientadoras que definem a classificação, não serão as previstas no diploma que aprovou o POCAL, pois considera que está errado em termos de nomenclatura. -----

----- O Senhor Coordenador do serviço de Contabilidade, presente para prestar os esclarecimentos necessários, informou que o Decreto-Lei nº 22/2002, é que estabelece as classificações económicas da receita e da despesa pública, indicando que a receita é apenas classificada com a classificação económica e a despesa poderá ter, além da classificação económica, uma classificação orgânica. Além disto, adiantou que esta alteração é a preconizada pela DGAL e é utilizada por todos os Municípios. -----

----- O Senhor Vereador José Manuel Custódia Biscaia realçou que esta questão não era política, apenas pretendia ser esclarecido quanto a esta alteração verificada na nomenclatura do documento apresentado, tendo em conta que no ano transato havia um desdobramento integral



CÂMARA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

- 469 -

Handwritten signatures and initials in blue ink.

de tudo o que era despesa; considera, ainda assim, que não foram seguidos os parâmetros definidos no Decreto-Lei respetivo, sendo mais perceptível se existisse uma maior separação das classificações, conforme POCAL.-----

-----O Senhor Vereador José Manuel Saraiva Cardoso tomou da palavra apenas para referir que, após análise, não acreditava no orçamento apresentado e que só um milagre é que o torna exequível. A receita corrente é nitidamente exagerada e a despesa corrente foi artificialmente diminuída, transportando dívidas para os anos de 2014 e 2015.-----

-----O Senhor Vereador José Manuel Custódia Biscaia continuou dizendo que as Grandes Opções do Plano e Orçamento continuam a não identificar as fontes de financiamento, assim como não informa se esse financiamento existe ou não, não se percebendo ainda quais as transferências da administração central e dos quadros comunitários para efeitos de investimento. Informou que tem conhecimento do aumento do custo de vida mas os aumentos detetados em rubricas como pessoal, seguros, combustíveis, etc., são, do seu ponto de vista, demasiado grandes, chegando alguns a atingir sessenta por cento.-----

-----O Senhor Coordenador do serviço de Contabilidade esclareceu que houve uma grande agregação a nível de ações das Grandes Opções do Plano, nomeadamente a nível de pessoal, ou seja, como a nível orçamental foi utilizada a classificação orgânica indicada pela DGAL, obrigou a que se agrupasse também o máximo possível para que não ficasse nas Grandes Opções do Plano um funcionário por ação como tem sido nos últimos anos e ficassem todos os funcionários na mesma classificação e na mesma ação.-----

-----O Senhor Vereador José Manuel Custódia Biscaia procedeu de seguida à leitura da declaração de voto, igualmente subscrita pelo Senhor Vereador José Manuel Saraiva Cardoso, que a seguir se transcreve:-----

“DECLARAÇÃO DE VOTO

A análise assertiva e criteriosa das Grandes Opções do Plano e do Orçamento para 2012 que nos foi apresentado, colocam-nos o dever e a responsabilidade de tecer uma multiplicidade de comentários, por sinal, não muito diferentes dos que já apresentámos em anos anteriores. E isto acontece porque os nossos avisos e os sinais de alerta não foram minimamente ouvidos e o Executivo, apesar da nossa atitude de franca colaboração, preferiu persistir no erro e no disparate.

Constatámos, desde a primeira hora, que estávamos perante uma gestão sem estratégia, de navegação à vista, sem imaginação e sem iniciativa. Transcorridos três anos, e olhando para o percurso realizado, é como se Manteigas tivesse parado no tempo.

Não podemos, nem devemos, ignorar o estilo de liderança autocrática, incomum e inconveniente nos nossos dias em que se estimula a imaginação dos colaboradores e a participação da comunidade na prossecução dos interesses colectivos. Cultiva-se a arrogância, inculca-se o medo, os manteiguenses perderam liberdade.



CÂMARA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

Temos o que temos, que é muito pouco, mas nem por isso deixámos de respeitar o veredicto popular, embora saibamos que foi expresso a partir da mentira, do vale tudo, do prometer o irrealizável.

Se de alguma forma quiserem questionar o que aqui plasmamos, basta que releiam o vosso compromisso eleitoral para facilmente constatarem que dificilmente souberam concretizar mais do 10% do que prometeram. Prometeram e escreveram.

Homens e mulheres, novos e velhos, activos e desempregados, confessam o logro e perderam a esperança de um futuro melhor para todos.

Argumenta-se com propriedade sobre o mau clima económico, todos os factores exógenos que condicionaram a governação dos destinos de Manteigas. No entanto, esqueceram-se de dizer que não tiveram capacidade para conseguir financiamentos, atrair investimentos e rentabilizar candidaturas financiadas a 95%. Andaram entretidos com pormenores, esquecendo o que era essencial. Poderão argumentar que fizeram pleno uso de todos os programas que tinham disponíveis no momento da tomada de posse. É verdade! Ficaram-se por aí, nada acrescentaram.

Começamos pela análise ao Plano de Actividades e rapidamente constatamos que nada existe de inovador. Observamos com maior profundidade e verificamos que simplesmente não temos uma única nova acção a salientar. E obras para o futuro, para o próximo mandato e os seguintes? Depois de aturada pesquisa, encontrámos a Biblioteca Municipal para 2014 e o projecto do arranjo urbanístico do Largo da Liberdade.

Que dizer de um Ninho de Empresas que vai custar ao erário público cerca de 300.000 euros? Puro desperdício. Quantas empresas vai albergar? Como vai funcionar? Quanto vai custar o seu funcionamento?

Qual o interesse de construir de raiz um Centro de Artes e Ofícios em zona de péssimas inacessibilidades, desaproveitando-se o património construído degradado? Puro desperdício.

Que interesse prioritário tem o alargamento do caminho da Cerca e a ligação do Outeiro a S. Domingos, com a agravante de pouquíssimo se poder fazer com 20.000 euros para um caso e 15.000 euros para o último? Puro desperdício.

Qual a urgência de gastar 625.436 euros (16% das despesas de capital) em viadutos, arruamentos e viação rural? Puro desperdício.

Para não nos alongarmos nesta declaração ficamo-nos por estes exemplos.

Falemos um pouco doutras despesas, como as de pessoal. Não vamos enfatizar o facto do mapa estar errado, pois já estamos habituados a que nos sejam entregues documentos neste estado e que temos corrigido antes da sua remessa para as entidades da tutela, mesmo sem uma palavra de humildade e de agradecimento da vossa parte, o que não estranhamos.

Apesar dos cortes impostos nas remunerações do pessoal (que nunca deixaremos de criticar e lamentar), era expectável que os custos diminuíssem. Temos um funcionário para menos de 50 habitantes... Não entendemos a lógica de menos habitantes, mais funcionários. Menos actividade económica, mais funcionários. Menos licenças de habitação, mais funcionários.



CÂMARA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

- 471 -

Handwritten signatures and initials in blue ink, including 'Astorga' and 'Ch'.

Na receita identificámos um dado positivo, finalmente corrigido: diminuíram os milhões com os projectos co-financiados. Ficamo-nos agora pelos 2,2 milhões, mas não nos é dado comprovar se mesmo estes não estão empolados como aconteceu flagrantemente em exercícios anteriores.

Também ficámos a saber pelo mapa da receita que a Câmara vai vender habitações sociais às famílias para arrecadar 270.000 euros. Todos sabemos que ninguém vai comprar nada nos tempos que correm, muito menos as famílias com menores rendimentos. Esta verba virtual só vai servir para diminuir a percentagem de execução das receitas de capital, mas quem se importa com esses famigerados dados estatísticos?

O que não entendemos é a desproporcionalidade das receitas com os serviços de água e saneamento. Se os preços de saneamento são mais altos, porquê uma receita de cerca de 129.000 euros para o saneamento e de 680.000 para a água. Ficamos à espera que o milagre aconteça.

Uma pequena reflexão sobre a despesa, especificamente sobre o serviço da dívida de médio e longo prazo. É do conhecimento geral que esta dívida de cerca de oito milhões de euros foi contraída ao longo de muitos anos e foi exclusivamente destinada a despesas de investimento. Também não há ninguém que desconheça que nem na Câmara Municipal nem na Assembleia Municipal nunca ninguém votou contra a contracção destas dívidas, independentemente das forças partidárias que as propuseram, porque sempre foi reconhecido que se destinavam a investimento de interesse para o Concelho. Todos sabem que o serviço da dívida não representa mais que 4% do total da despesa. Apesar de tudo isto há quem teimosa e demagógicamente, insista em especular sobre estes encargos. No mínimo, haja bom senso.

Criticável, e muito, é a dívida de curto prazo, sobretudo de despesas correntes, que se foi amontoando nos últimos três anos, criando sérias dificuldades de sobrevivência às famílias e às empresas. Em finais de Maio a Câmara contabilizava cerca de 1,7 milhões de euros de dívidas: 550 mil para pagar em 2012, 154 mil em 2013, 27 mil em 2014 e 964 mil em 2015, ou seja paga um terço em 2012 (se pagar) e dois terços nos anos seguintes (quem irá pagar?). Não constavam ainda da informação da Câmara 114 mil euros a pagar aos CTT: 60 mil euros em 2013 e 54.000 em 2014. Esta situação, para além de ser inadmissível é escandalosa e ilegal, pois não consta do orçamento.

Como é escandalosa a dívida do Pró-Emprego, tanto mais que não vai além dos 73 mil euros, sendo de 16.800 euros a de 2010. A única explicação racional para esta situação é que a Câmara pretende deliberadamente prejudicar as empresas que recorreram ao apoio para criação de postos de trabalho.

Formalmente, o orçamento é o mesmo do costume: não informa sobre as fontes de financiamento, não reflecte o financiamento não definido e para os anos seguintes, de investimentos, só temos 484.598, sendo 400 mil para a Biblioteca Municipal.

Um executivo que se tem caracterizado por inúmeras falhas e omissões na prestação de informação aos vereadores e à Assembleia Municipal, confirma nos documentos a sua característica falta de transparência.

Anotemos alguns exemplos:

Na rubrica 01.02.02, no montante de 1.755.032 euros, 868,598 euros (49%) são remetidos para "Outros";



CÂMARA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

Na rubrica 01.02.07, no montante de 3.605.557 euros, 2.490.445 euros (69%) são remetidos para mais "Outros". "Outros", essa acção concreta e definida elucida bem sobre o resultado de um orçamento feito à pressa, em cima do joelho.

Não vamos aqui referir-nos a cerca de meia centena de acções anunciadas em período eleitoral e adiadas ano após ano.

Não vamos falar da degradação do património municipal, bem visível na Piscina da Vila, no Pavilhão do Centro Cívico, na Escola de Hotelaria ou na Casa do Povo.

Não vamos falar do abandono a que foram votadas as freguesias de Sameiro e Vale de Amoreira, como se pertencessem a um concelho vizinho.

Nem vamos falar da incapacidade de potenciar projectos estruturantes como os percursos pedestres.

Nem sequer das inúmeras acções que se poderiam ter realizado sem consumo de meios financeiros.

Votamos desfavoravelmente as GOP's e o orçamento, porque o Concelho de Manteigas merece muitíssimo mais e melhor.

12/12/2012

José Manuel Custódia Biscaia e José Manuel Saraiva Cardoso"

----- O Senhor Vice-Presidente disse que não podia, nem queria comentar a declaração de voto apresentada, no entanto, acrescentou relativamente às questões anteriormente expostas pelo Senhor Vereador que nem tudo correspondia à verdade, porque no que respeita, por exemplo, ao aumento do custo de vida, não se podia esquecer que o IVA tinha aumentado para vinte e três por cento em determinadas áreas importantes, para não falar do aumento generalizado dos impostos, tendo o próprio Dr. Marques Mendes da área do PSD, dito que se tratava de um verdadeiro assalto à mão armada e o Professor Marcelo Rebelo de Sousa tecido considerações de idêntico teor, muito críticas; também o Senhor Presidente da República disse que a austeridade devia ser repartida por todos e não só por alguns, uma vez que são perfeitamente inaceitáveis os cortes verificados no rendimento dos portugueses e sem resultados práticos. Referiu ainda que, no que toca a aumento dos combustíveis é o que se tem visto, quanto à eletricidade todos sabem o que foi e o que se segue, quanto aos seguros, de facto, existiram alguns aumentos.-----

No que diz respeito a obras desenvolvidas pelo Executivo, as mesmas estão a aparecer no terreno, tais como o Centro Interpretativo do Vale Glaciar, na sua opinião, uma obra importante, o Centro de Energias Renováveis e o Ninho de Empresas na antiga Sotave, onde se pretende criar postos de trabalho.-----

Quanto aos custos, informou que gostava, também, que fossem quantificados os gastos efetuados pelos sucessivos executivos presididos pelo Senhor Vereador Dr. Biscaia,



- 473 -
[Handwritten signature]
[Handwritten initials]

CÂMARA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

relativamente a esboços, estudos prévios e esquisços, sem que as obras surgissem. Deu o exemplo do Centro Lúdico-Termal, para o qual colocaram um cartaz com a inscrição "aqui vai nascer" era garantido, depois no terreno a obra não surgiu; neste sentido, concluiu que não esperava outra posição que a apresentada. -----

O Orçamento é restritivo e realista, perante as circunstâncias actuais. -----

-----Submetido a votação, a Câmara Municipal deliberou, por maioria, submeter à Assembleia Municipal as Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2013, com os votos contra dos Vereadores José Manuel Custódia Biscaia e José Manuel Saraiva Cardoso. -----

Esta deliberação é aprovada em minuta para produzir efeitos imediatos. -----

Finanças Municipais. -----

Foi presente o Balancete de Tesouraria, respeitante ao dia de ontem, que acusa um saldo em dinheiro no montante de duzentos e noventa e três mil, novecentos e noventa e um euros e setenta e três cêntimos (€ 293.991,73). -----

-----E nada mais havendo a tratar, sendo cerca das dezoito horas, foi pelo Senhor Presidente declarada encerrada a presente reunião. Para constar e devidos efeitos se lavrou a presente ata que vai ser assinada pelo Senhor Presidente e pelos Senhores Vereadores presentes e por mim *[Handwritten signature]* Maria Gabriela da Palma Gomes Cravinho, Chefe da Divisão de Administração Geral, que a redigi. -----

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]



CÂMARA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

